

Brasil suspende moratória e vai ao FMI

País paga US\$ 1,5 bilhão agora. Outros US\$ 3 bilhões, só após um acordo



Bracher disse que aprendeu a lição de que é preciso manter o relacionamento com o FMI

Nova Iorque — O Brasil e seus bancos credores anunciaram ontem cedo que concordaram, em princípio, com uma fórmula para o reinício do pagamento dos débitos, oito meses depois de o Governo presidente José Sarney ter decretado a moratória sobre os compromissos junto aos bancos comerciais.

Em meio a ultimatos e ameaças de sanções, o Brasil também concordou em procurar um programa do Fundo Monetário Internacional que apóie as suas metas de crescimento econômico. Durante meses, o País recusou-se a vincular as negociações com os bancos a uma outra com o FMI, organismo multilateral que fornece créditos a juros mais baixos, desde que as nações em dificuldades promovam reajustes em sua economia. Esses reajustes frequentemente são impopulares, já que sempre se destinam a conter inflação mediante medidas de austeridade ou recessivas, paralelamente ao estímulo do setor exportador. Admitir a ida ao Fundo foi uma notável mudança por parte do Brasil.

Numa declaração divulgada ontem pela manhã, o Citibank, que preside o comitê de assessoramento formado por 14 representantes dos bancos credores, esclareceu que o Banco Central do Brasil desembolsará 1 bilhão 500 milhões de dólares de suas reservas e os bancos privados outros 3 bilhões num acordo de refinanciamento de curto prazo. Esse dinheiro será usado para cobrir os pagamentos dos 4 bilhões 500 milhões de juros devidos pelo Brasil desde a decretação da moratória a 20 de fevereiro passado até 31 de dezembro.

Segundo o Citibank, o Brasil desembolsará 500 milhões de dólares e os bancos adiantarão 1 bilhão até dezembro, de modo a quitar rapidamente os juros devidos no quarto trimestre de 1987.

Os demais 3 bilhões do acordo preliminar só serão desembolsados se as partes chegarem a um outro acordo com um pacote de refinanciamento de médio prazo.

Desses 3 bilhões, cobrindo os juros do período fevereiro — se-

tembro, dois terços serão desembolsados pelos bancos e 1 bilhão pelo Brasil até 30 de junho, quando se espera que esteja pronto o pacote de reestruturação da dívida brasileira, incluindo uma parte através de títulos ou bônus de longo prazo.

Sobre esse empréstimo de curto prazo concluído ontem, o Brasil pagará juros de 0,875 acima da libor, a taxa interbancária de Londres, além das comissões costumeiras aos bancos. Essa taxa é a mesma utilizada no acordo de quarta-feira feito com o Uruguai.

As negociações serão retomadas a curto prazo, disse o comunicado, prevendo os termos de um pacote financeiro de médio prazo com o Brasil para 15 de janeiro, com todos os trâmites devendo estar concluídos em 16 de junho.

O Brasil deve cerca de 70 bilhões de dólares aos bancos privados. O restante da dívida que totaliza 112 bilhões se refere a créditos de agências multilaterais como FMI e Banco Mundial, a débitos de governos (refinanciáveis através do Clube de Paris) e finalmente às linhas de crédito comercial de curto prazo.

O acordo estabelece, resumidamente, um mecanismo pelo qual os bancos entram com dois terços para o Brasil pôr em dia os juros devidos desde a decretação da moratória.

Fontes bancárias disseram que o comitê interagência das entidades reguladoras da moeda e dos bancos norte-

americanos havia dado um ultimato que terminaria ontem para que o Brasil e os bancos credores chegassem a um acordo. E o método encontrado no início da madrugada evitou que aquele comitê obrigasse os bancos a reclassificar os empréstimos ao Brasil como não produtivos, fato que também levaria os bancos a descarregar, de seus livros contábeis, 10 por cento dos créditos concedidos ao maior país latino-americano.

As negociações vinham se arrastando há semanas e, nos últimos dias, registraram um impasse sobre os juros a serem pagos. Na quinta-feira à tarde, parecia que a solução era mais iminente do que nunca, embora há uma semana as partes admitissem que poderiam concluir a negociação em questão de horas. Porém sexta-feira à tarde o assessor para assuntos da dívida do Ministério da Fazenda, Fernão Bracher, negociador-chefe do Brasil, foi até à janela do edifício onde se desenrolava a reunião e fez um sinal com o polegar, e levantando os braços, num claro sinal de triunfo.

Ao mesmo tempo, o pessoal da firma de advogados Sherman and Sterling, em cujos escritórios se realizaram as negociações, buscou reforços para que prosseguisse o trabalho sobre cifras de bilhões de dólares: às 8 da noite, chegaram três pizzas, pastéis doces e refrigerantes em lata. A provisão se mostrou valiosa, já que a árdua tarefa acabou chegando a bom termo depois de meia-noite.

Os termos das negociações

- 1 — O Banco Central fornecerá 1,5 bilhão de dólares de suas reservas e os bancos comerciais se comprometem a emprestar 3 bilhões de dólares sob um financiamento de curto prazo;
- 2 — O Brasil desembolsará 500 milhões de dólares e os bancos adiantarão 1 bilhão de seus compromissos de financiamento durante o mês de dezembro para cobrir os juros que vencem entre 1º de outubro e 31 de dezembro;
- 3 — O empréstimo será resgatado pelo Banco Central no mais tardar até 30 de junho de 1988, a uma margem de juros de 7/8 sobre a taxa interbancária de Londres em oferta;
- 4 — O termo de compromisso sobre o pacote de médio prazo se dará até 15 de janeiro, que a formação essencial de uma massa crítica (syndication) seja conseguida até 15 de março e que o pacote se torne efeito até 16 de junho.